



S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

CNPJ: 12.229.415/0001-10

**Demonstração do resultado abrangente**
Exercício findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	271.465	511.289
Movimento no exercício:		
Varição do valor justo		
Derivativos de câmbio - opções / NDF	43.446	31.649
Derivativos de câmbio - cross-currency swap	(29.104)	34.681
Derivativos de juros - interest rate swap	2.990	(511)
	17.332	65.819
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de câmbio - opções / NDF	(56.098)	(9.004)
	(56.098)	(9.004)
Reconhecimento no resultado financeiro		
Derivativos de câmbio - cross-currency swap	48.845	(78.359)
Derivativos de juros - interest rate swap	(2.290)	(2.131)
Não derivativos cambiais - dividas	4.845	2.009
	51.400	(78.481)
Estorno (baixa) por inefetividade		
Derivativos de câmbio - cross-currency swap	16.278	(18.500)
	16.278	(18.500)
Total movimento no exercício		
Derivativos de câmbio - opções / NDF	(12.652)	22.645
Derivativos de câmbio - cross-currency swap	36.019	(62.178)
Derivativos de juros - interest rate swap	700	(2.642)
Não derivativos cambiais - dividas	4.845	2.009
Tributos diferidos sobre os itens acima	(9.830)	13.656
	19.082	(28.510)
Resultado abrangente do exercício	290.547	484.779

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de março de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado						
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a deliberar	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial
Em 31 de março de 2022	408.845	(1.215)	64.340	687.675	716.144	293.155	-
Realização de custo atribuído							(10.103)
Resultado com derivativos - hedge accounting							(26.510)
Lucro líquido do exercício							511.289
Destinação do lucro							(17.429)
Constituição da reserva legal			17.429				(17.429)
Constituição da reserva de incentivos fiscais					115.651		(115.651)
Dividendos distribuídos							(37.833)
Retenção de lucros				(278.830)	629.309		(350.479)
Em 31 de março de 2023	408.845	(1.215)	81.769	408.845	1.345.453	408.806	(26.510)
Realização de custo atribuído							(8.605)
Resultado com derivativos - hedge accounting							19.082
Integração de capital	458.722					(458.722)	
Dividendos complementares distribuídos							(2.604)
Lucro líquido do exercício							271.465
Destinação do lucro							(13.573)
Constituição da reserva legal			13.573				(13.573)
Constituição da reserva de incentivos fiscais					49.916		(49.916)
Dividendos mínimos obrigatórios							(51.994)
Retenção de lucros					164.587		(164.587)
Em 31 de março de 2024	867.587	(1.215)	95.342	408.845	1.507.436	-	(7.428)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas e Administradores da
S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (abaixamente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de ativos biológicos - Nota 2.12 (b) e 12

Os ativos biológicos (lavouras de cana-de-açúcar) da Companhia são mensurados ao valor justo menos despesas de venda, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para estes ativos.

A determinação do valor justo menos despesas de venda destes ativos biológicos é uma estimativa contábil crítica, com premissas que consideram dados de mercado e da própria Companhia, principalmente relacionadas a (i) área plantada, (ii) produtividade do canavial, (iii) quantidade e preço futuro do ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana-de-açúcar, (iv) custos de tratamentos culturais, (v) custos de capital (parceria agrícola para utilização de terras, máquinas e equipamentos e não de obra), (vi) custos de oportunidade da planta portadora (ativo contribuinte) e (vii) taxa de desconto dos fluxos de caixa. Em 31 de março de 2024, o resultado do ajuste à valor justo menos despesas de venda na valorização dos ativos biológicos foi estimado em R\$ 42.600 mil de ganho (2023 - R\$ 64.776 mil de perda), na Companhia e no Grupo.

Esse é um assunto de atenção de nossa auditoria, uma vez que há significativo julgamento em relação às premissas utilizadas no cálculo do valor justo menos despesas de venda, sendo que alterações dessas premissas podem impactar significativamente os resultados das operações e a posição patrimonial da Companhia e do Grupo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela diretoria para a mensuração desses ativos, bem como a análise e testes do modelo utilizado para essa estimativa.

Aválamos também a razoabilidade da metodologia adotada, bem como da coerência lógica e aritmética do fluxo de caixa descontado e sua consistência em relação ao exercício anterior.

A consistência das informações e as principais premissas utilizadas foram comparadas com os indicadores-chave de monitoramento da diretoria e com dados externos divulgados para o setor sucroalcooleiro.

Também realizamos a comparação dos dados das avaliações feitas com as respectivas divulgações incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e variação do valor justo dos ativos biológicos da Companhia, bem como efetuamos análises de sensibilidade, considerando diferentes cenários de preços.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as premissas utilizadas pela diretoria da Companhia estão consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, bem como com as informações analisadas em nossa auditoria.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (abaixamente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quanto, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e aválamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contôlo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não como o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Aválamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Aválamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Decretamos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 25 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP07664/F-4Luis Fernando de Souza Maranhão
Contador CRC 2SP01527/O-5

ADMINISTRAÇÃO

MARIO LUIZ LORENCATTO
Diretor Presidente

THIERRY ROLAND SORET
Diretor Financeiro

CARLOS HENRIQUE PEREIRA MARQUES
Diretor de Produção Industrial

FRANCISCO VITAL ALVES DE SOUZA
Diretor Comercial

MARILUCI PINHEIRO ROSSI
Diretora de RH e Administrativo

JOSE MARCOS JORGI
Diretor de Produção Agrícola

CONTADORIA

DIRECU OHLAND
CPF - 019.778.199-31
CRC-MG-0076950-1 T-196

